

c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) correspondência recebida por terceiros.

12. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a Prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

13. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela direção do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e pela Fundação Carlos Chagas no que tange à realização deste Concurso.

PROGRAMAS

Observações: Considerar-se-á a legislação vigente até a data da publicação do Edital de Abertura das Inscrições.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação. Evolução Constitucional do Brasil. Supremacia da Constituição. Poder constituinte. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. Princípios constitucionais. Controle da constitucionalidade das leis. Normas constitucionais e inconstitucionais. Emenda, reforma e revisão constitucional. 2 Ação direta de declaração de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Origem. Evolução e estado atual. 3 Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais difusos e coletivos. Direitos sociais. 4 Organização do Estado Brasileiro; divisão espacial do poder; Estado Federal; União; Estados Federados; Distrito Federal; municípios; intervenção federal; repartição de competências. 5 Poder Legislativo. Organização. Funcionamento. Atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 6 Poder Executivo. Presidente, vice-presidente da República e ministros de Estado. Atribuições e responsabilidades. Poder regulamentar e medidas provisórias. 7. Poder Judiciário. Garantias. Jurisdição. Organização. Órgãos e competência. Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais; juízes federais; garantias da magistratura. 8 Funções essenciais à Justiça. 9 Ministério Público. Natureza. Função. Autonomia. Atribuições e vedações constitucionais de seus membros. 10 Da Administração Pública. Estruturas básicas. Servidores públicos. Princípios constitucionais. 11 Sistema Tributário Nacional. 12 Finanças públicas; normas gerais; orçamento público. 13 Ordem econômica e financeira. Atividade econômica do Estado. Princípios das atividades econômicas, propriedades da ordem econômica. Sistema Financeiro Nacional. 14 Princípios constitucionais da seguridade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 2 Regime jurídico-administrativo: princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 3 Organização da Administração Pública: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais e o terceiro setor. 4 Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; vinculação e discricionariedade; revogação, invalidação e convalidação. 5 Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades e tipos; procedimento, revogação e anulação; sanções; normas gerais de licitação. 6 Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. 7 Agentes Públicos: servidores públicos; organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; processo administrativo disciplinar, sindicância e inquérito; o Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual n.º 13, de 03/01/94 e alterações posteriores); o Regime de previdência dos servidores públicos. 8 Serviços públicos: conceito e classificação; regulamentação e controle; requisitos do serviço e direitos do usuário; competências para prestação do serviço; serviços delegados a particulares; concessões, permissões e autorizações; convênios e consórcios administrativos. 9 Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos; administração, utilização e alienação dos bens públicos; imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos; aquisição de bens pela Administração; 10 Responsabilidade civil da Administração: evolução doutrinária; responsabilidade civil da Administração no Direito brasileiro; ação de indenização; ação regressiva. 11 Processo Administrativo; normas básicas no âmbito da Administração Pública. 12. Poderes e Deveres do Administrador Público. 13 Improbidade Administrativa. (Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992 e suas alterações posteriores).

DIREITO FINANCEIRO: 1 Atividade financeira do Estado. Conceito, características e finalidades. 2 Despesa Pública: conceito, categorias, estágios, suprimimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, dívida flutuante e dívida fundada. Aspectos jurídicos. Aspectos econômicos. Programação financeira. Execução orçamentária e financeira. Operações de crédito. 3 Receitas Públicas. Conceito. Classificação, categoria, fontes, estágios, dívida ativa; Receitas patrimoniais. Receitas tributárias. Imposto. Taxa. Empréstimos compulsórios. Contribuição de Melhoria. Preço. Contribuições sociais. Receitas creditícias. Crédito público. Empréstimos públicos. Dívida pública. Regime constitucional da dívida pública brasileira. 4 Orçamento público. Conceito. Natureza jurídica. Elementos essenciais. Classificação. Princípios orçamentários. Regime constitucional. Vedações constitucionais em matéria orçamentária. Normas gerais de Direito Financeiro. Processo orçamentário: calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, metas técnicas e instrução do orçamento público. Plano plurianual. Planos programas nacionais, regionais e setoriais. Exercício financeiro. Diretrizes Orçamentária. Princípios orçamentários. Orçamentos-programa. Planejamento e Orçamento. Classificação funcional programática. Orçamentos anuais. Créditos orçamentários e adicionais. Quadro de detalhamento da despesa, sistema orçamentário. Órgãos centrais e setoriais, unidades orçamentárias e gestoras. 5 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** 1 Conceito. 2 Princípios. 3 Normas gerais. 4 Obrigação tributária: elementos constitutivos e espécies. 5 Fato

gerador. 6 Sujeitos ativos e passivos. 7 Crédito tributário: natureza, lançamento, suspensão, extinção e exclusão. 8 Sistema Tributário Nacional: Princípios constitucionais tributários. Repartição constitucional de competências tributárias. Fundos de Participação. 9 Limitações ao poder de tributar e Renúncias de receitas. 10 Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 11 Participação do Tribunal de Contas do Estado na repartição das receitas tributárias (Lei nº 5.001/98). 12 Administração tributária. 13 Processo tributário. Incentivos fiscais oferecidos pelo Estado do Piauí.

DIREITO PENAL: 1 Crime e contravenção. Elementos do crime. Relação de causalidade. Crime tentado e crime consumado. 2 Dolo e Culpa. 3 Causas de exclusão de culpabilidade. Erro. Coação irresistível. Obediência hierárquica. 4 Crimes contra a Administração Pública. Atos de improbidade praticados por agentes públicos e sanções aplicáveis. Efeitos da condenação penal. Crime de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028, de 10 de outubro de 2000). Crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e Decreto-lei nº 201/67).

DIREITO CIVIL: 1 Lei. Vigência. Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2 Integração e interpretação da lei. 3 Lei de Introdução ao Código Civil. 4 Pessoas naturais e jurídicas, personalidade, capacidade, direitos de personalidade. 5 Domicílio civil. 6 Bens. 7 Fatos e atos jurídicos: forma e prova dos atos jurídicos; nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos; atos ilícitos; abuso de direito; prescrição e decadência.

TEORIA GERAL DO PROCESSO: 1 Princípios gerais do processo 2 Jurisdição e Competência: conceito, princípios e espécies. 3 Ação: conceito, condições e carência de ação. 4 Procedimento e processo: sujeitos, objeto e natureza jurídica. Impedimento e suspeição. 5. Atos processuais: conceito, classificação, forma e vícios. 6 Prova: conceito, discriminação, ônus e valoração. 7 Coisa julgada.

CONTROLE EXTERNO: 1 Controle da Administração Pública: conceito, abrangência e espécies. Controle administrativo, judicial e legislativo. 2. Controle Externo a cargo dos Tribunais de Contas. 3. Tribunais de Contas. Natureza jurídica, funções e eficácia das decisões. Revisão das decisões do Tribunal de Contas pelo Poder Judiciário. 4 Competência do Tribunal de Contas: apreciação da constitucionalidade de leis, revisão dos próprios atos, autogoverno e normativa. 5 Organização e Competência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Constituição Estadual, Leis Estaduais nº 4.721/94 e 4.768/95 e Regimento Interno). 6 Composição dos Tribunais de Contas: Conselheiros, Auditores e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. 7 Tomadas e prestações de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos. Processamento e julgamentos das contas. Sanções aplicáveis aos responsáveis por contas irregulares. 8 Julgamento das contas anuais do Governo Estadual e Municipal. Natureza e conteúdo do Parecer Prévio do TCE. 9 Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões. 10 Inspeções e auditorias.

SEGURIDADE SOCIAL: 1. Princípios básicos. 2. Previdência Social: sistema e regimes. 3. Financiamento da Seguridade Social. 4. Prestações em geral. Benefícios. 5. Prescrição. Benefícios em espécie. 6. Tempo de Contribuição para fins previdenciários. 7. Regime e prova. 8. Contagem recíproca de tempo de serviço e compensação financeira. 9. Regime Previdenciário do Estado do Piauí (Leis nº 4.051/86 e 5.078/99). 10. Controle da legalidade pelo Tribunal de Contas das aposentadorias, reformas e pensões.

AUDITORIA: Finalidades e objetivos da Auditoria Governamental. Abrangência de atuação. Formas e Tipos: contábil, operacional, de gestão, financeira, patrimonial e de desempenho. Auditoria no Setor Público Estadual: Sistemas de Controle Interno e Externo. Normas Brasileiras para o exercício da Auditoria Interna. Normas relativas à pessoa do auditor (independência, conhecimento técnico e capacidade profissional). Normas relativas à execução do trabalho. Normas relativas à opinião do auditor. Normas relativas ao relatório de auditoria. Objetivos, Técnicas e Procedimentos de Auditoria: planejamento dos trabalhos, programa de auditoria, papéis de trabalho, testes de auditoria, amostragem estatística em auditoria, eventos ou transações subseqüentes, revisão analítica, entrevista, conferência de cálculos, confirmação, observação e procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis. Relatórios e Certificados de Auditoria. Tomada e prestação de contas.

CONTABILIDADE: 1-Contabilidade geral e comercial: conceito, finalidade, objeto e campo de aplicação. Formas jurídicas de empresas comerciais; registros de constituição e alterações nas sociedades: transformação, fusão, incorporação, cisão, absorção e liquidação. Fatos contábeis: conceito e classificação. Sistema de escrituração contábil: método das partidas dobradas; registro das transações e suas correções; livros principais. Estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais. Gestão: fluxo de recursos, origem e aplicação; receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real. Registros contábeis das operações típicas de uma sociedade comercial. Operações com mercadorias; inventários: periódico e permanente. Operações financeiras. Demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº 6404, de 15.11.1976: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de lucros e prejuízos acumulados, demonstração das origens e aplicação de recursos e demonstração das mutações do patrimônio líquido, provisões, participações, reserva e dividendos, de acordo com a Lei nº 6404/76, princípios e convenções contábeis. 2-Contabilidade pública e auditoria no setor público. Plano de contas único para os órgãos da administração direta. Registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativa (sistema: orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação). Inventário: material permanente e de consumo, balanços e demonstrações patrimoniais exigidas pela Lei nº 4.320, de 17.03.1964. Auditoria: princípios, normas, técnicas, procedimentos; avaliação de controles internos; papéis de trabalho: relatórios e pareceres.

ECONOMIA: Introdução a Macroeconomia, conceitos macroeconômicos básicos, identidades macroeconômicas fundamentais, formas de mensuração do produto e da renda nacional, o equilíbrio poupança/ investimento, determinação da renda de equilíbrio, o modelo IS-LM, o equilíbrio do mercado de bens, demanda por moeda e o equilíbrio no mercado monetário, equilíbrio da renda e das taxas de juros, as funções de oferta agregada e demanda agregada, introdução a política monetária e fiscal,